

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	35
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	36

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Ordinária		0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.355.065	1.347.727
1.01	Ativo Circulante	49.612	33.636
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.334	6.023
1.01.03	Contas a Receber	18.304	23.328
1.01.03.01	Clientes	680	549
1.01.03.01.01	Concessionárias	680	549
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.624	22.779
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.624	22.779
1.01.04	Estoques	3.864	3.729
1.01.06	Tributos a Recuperar	466	453
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	466	453
1.01.07	Despesas Antecipadas	585	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59	98
1.01.08.03	Outros	59	98
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	0	19
1.01.08.03.02	Outros créditos	59	79
1.02	Ativo Não Circulante	1.305.453	1.314.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.029	1.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.029	1.117
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	1.029	1.117
1.02.03	Imobilizado	1.278.475	1.286.836
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.246.873	1.255.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	31.602	30.975
1.02.04	Intangível	25.949	26.138
1.02.04.01	Intangíveis	25.949	26.138
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.795	12.957
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	470	508
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.684	12.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.355.065	1.347.727
2.01	Passivo Circulante	85.143	95.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.055	2.286
2.01.01.01	Obrigações Sociais	283	263
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.772	2.023
2.01.02	Fornecedores	2.398	4.850
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.398	4.850
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.329	21.258
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.328	21.181
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.379	9.477
2.01.03.01.02	Outros	1.949	11.704
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	20
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	57
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.334	11.849
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.334	11.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.334	11.849
2.01.05	Outras Obrigações	48.840	47.988
2.01.05.02	Outros	48.840	47.988
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	43.770	43.330
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	3.954	3.894
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	593	348
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	523	416
2.01.06	Provisões	7.187	7.515
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19	19
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	19	19
2.01.06.02	Outras Provisões	7.168	7.496
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.168	7.496
2.02	Passivo Não Circulante	142.603	142.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	75.819	73.624
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	75.819	73.624
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	75.819	73.624
2.02.02	Outras Obrigações	40.048	40.433
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	115	487
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	115	487
2.02.02.02	Outros	39.933	39.946
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	235	334
2.02.02.02.05	Uso do bem público	39.698	39.612
2.02.03	Tributos Diferidos	11.876	14.618
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.876	14.618
2.02.04	Provisões	14.860	14.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.803	7.086
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.987	1.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.010	957
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.806	4.383
2.02.04.02	Outras Provisões	7.057	6.949
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.057	6.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	1.127.319	1.109.271
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	290.607	290.607
2.03.04.01	Reserva Legal	26.693	26.693
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	127.845	127.845
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.500	41.500
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.780	-268

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.128	63.590
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.263	-11.315
3.02.01	Custo com energia elétrica	-367	-344
3.02.02	Custo de operação	-10.896	-10.971
3.03	Resultado Bruto	37.865	52.275
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.206	-3.183
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-1
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.625	-3.590
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.504	-3.442
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-121	-148
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-581	408
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.659	49.092
3.06	Resultado Financeiro	-7.087	-4.519
3.06.01	Receitas Financeiras	73	57
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.160	-4.576
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.572	44.573
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.524	-15.157
3.08.01	Corrente	-11.266	-15.219
3.08.02	Diferido	2.742	62
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.048	29.416
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.048	29.416
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01174	0,01913
3.99.01.02	PNR	0,00746	0,01216
3.99.01.03	PNA	0,00048	0,00077
3.99.01.04	PNB	0,00015	0,00025
3.99.01.05	PNC	0,00313	0,00510
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01174	0,01913
3.99.02.02	PNR	0,00746	0,01216
3.99.02.03	PNA	0,00048	0,00077
3.99.02.04	PNB	0,00015	0,00025
3.99.02.05	PNC	0,00313	0,00510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	18.048	29.413
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.048	29.413

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.324	30.800
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.884	58.305
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.572	44.573
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	0	1
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.267	8.800
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1	2
6.01.01.07	Despesas pagas antecipadamente	196	248
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.305	1.174
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.043	863
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	25	48
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	790	370
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	108	91
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	3.375	783
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	202	8
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	0	1.344
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.560	-27.505
6.01.02.01	Concessionárias	-131	-126
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-103	84
6.01.02.03	Rendas a receber	5.155	-5.909
6.01.02.04	Estoques	-135	983
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	107	-72
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-776	-29
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	20	-89
6.01.02.08	Fornecedores	-2.452	-1.747
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-9.275	-1.876
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	28	-8
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	-231	461
6.01.02.12	Encargos regulamentares e setoriais	-56	13
6.01.02.13	Provisões	-454	-1.372
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	107	-26
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.364	-17.792
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-744	-269
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-744	-269
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.269	-25.853
6.03.01	Partes relacionadas	-372	-110
6.03.02	Amortização Principal de Emprést, financ, Debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	0	-23.639
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	0	-1.263
6.03.07	Uso do bem público	-897	-841
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.311	4.678
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.023	3.314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.334	7.992

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	290.607	-268	0	1.109.271
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	290.607	-268	0	1.109.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.048	0	18.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.048	0	18.048
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	290.607	17.780	0	1.127.319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.537	-280	0	1.085.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.537	-280	0	1.085.189
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.416	0	29.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.416	0	29.416
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	266.537	29.136	0	1.114.605

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	55.421	70.952
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	54.677	70.089
7.01.02	Outras Receitas	0	595
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	744	269
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.513	-3.528
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14	-1
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.917	-2.697
7.02.04	Outros	-1.582	-830
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-390	-378
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.192	-452
7.03	Valor Adicionado Bruto	50.908	67.424
7.04	Retenções	-9.293	-9.323
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.293	-9.323
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.615	58.101
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73	57
7.06.02	Receitas Financeiras	73	57
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.688	58.158
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	41.688	58.158
7.08.01	Pessoal	2.060	2.378
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.556	1.867
7.08.01.02	Benefícios	375	391
7.08.01.03	F.G.T.S.	129	120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.317	21.683
7.08.02.01	Federais	14.280	21.594
7.08.02.02	Estaduais	31	82
7.08.02.03	Municipais	6	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.263	4.681
7.08.03.01	Juros	7.160	4.576
7.08.03.02	Aluguéis	103	105
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.048	29.416
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.048	29.416

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de janeiro a março de 2013****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2013 (*)**

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		mar/13	dez/12	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.355.065	1.347.727	0,5%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.127.319	1.109.271	1,6%
Dívida líquida	R\$ mil	64.819	79.450	-18,4%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,06	0,07	-19,7%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,31	0,42	-25,9%

Resultados		Janeiro a Março		
		2013	2012	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	49.128	63.590	-22,7%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(5.757)	(5.256)	9,5%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(445)	(442)	0,7%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	33.659	49.092	-31,4%
EBITDA	R\$ mil	42.926	57.892	-25,9%
Resultado financeiro	R\$ mil	(7.087)	(4.519)	56,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	26.572	44.573	-40,4%
Lucro líquido	R\$ mil	18.048	29.416	-38,6%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	87,38%	91,04%	-4,0%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	36,74%	46,26%	-20,6%

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de janeiro a março de 2013****DESEMPENHO OPERACIONAL**

A Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 14,2 GWh, 23,1% inferior comparado a 18,4 GWh registrado no mesmo período do ano anterior em função do cenário hidrológico desfavorável, impactando em uma menor disponibilidade de água no 1T13 frente ao 1T12. Frente a este cenário, o ONS despachou menos energia na usina UHE Lajeado nos três primeiros meses de 2013, comparado ao mesmo período de 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do Resultado do Período	mar/13	mar/12	var. %
Receita operacional bruta	54.677	70.089	-22,0%
(-) Deduções à receita operacional	(5.549)	(6.499)	-14,6%
(=) Receita operacional líquida	49.128	63.590	-22,7%
Gastos não gerenciáveis	(445)	(442)	0,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(13)	(1)	1200,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(354)	(343)	3,2%
Outros gastos não gerenciáveis	(78)	(98)	-20,4%
Margem bruta	48.683	63.148	-22,9%
Gastos gerenciáveis	(5.757)	(5.256)	9,5%
Pessoal	(2.227)	(2.810)	-20,7%
Materiais e serviços de terceiros	(2.476)	(2.400)	3,2%
Arrendamentos e aluguéis	(99)	(104)	-4,8%
Provisões e contingências	(503)	(90)	458,9%
Outros gastos gerenciáveis	(452)	148	-405,4%
EBITDA	42.926	57.892	-25,9%
Depreciação e amortização	(9.267)	(8.800)	5,3%
Resultado financeiro	(7.087)	(4.519)	56,8%
Imposto de renda e contribuição social	(8.524)	(15.157)	-43,8%
Lucro líquido	18.048	29.416	-38,6%

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 49,1 milhões em 31 de março de 2013 decréscimo de 22,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 14,5 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de janeiro a março de 2013**

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 445 mil no primeiro trimestre do ano de 2013, valor praticamente em linha quando comparado aos R\$ 442 mil no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis**, compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos aumentaram R\$ 500 mil ou 9,5% no período comparativo entre os três primeiros meses do ano de 2013 frente aos três primeiros meses do ano de 2012. As variações ocorreram nas rubricas de Pessoal, Contingências e Outros.

Em 31 de março de 2013, o **EBITDA** alcançou R\$ 42,9 milhões, 25,9% inferior ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do menor valor do coeficiente de ajuste registrado na Receita Operacional.

O **Resultado Financeiro** encerrado em 31 de março de 2013 totalizou R\$ 7,1 milhões de despesa financeira, aumento de R\$ 2,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) -R\$ 1,1 MM em virtude do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" (CPC 39);
- (ii) -R\$ 2,5 MM referente ao complemento do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferências;
- (iii) +R\$ 1,3 MM pela não ocorrência em despesa financeira no 1T13 em função da quitação dos contratos de mútuo no ano de 2012.

Nos três primeiros meses de 2013, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 18,0 milhões, 38,6% inferior frente ao mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	mar/13	dez/12	var.%
Dívida bruta	91.153	85.473	6,65%
(-) Disponibilidades	(26.334)	(6.023)	337,22%
(=) Dívida líquida	64.819	79.450	-18,42%

A dívida bruta totalizou R\$ 91,2 milhões em 31 de março de 2013, composta na sua totalidade pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 26,3 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$64,8 milhões em 31 de março de 2013, decréscimo de 18,4% em relação a dezembro de 2012. Esse aumento deve-se ao maior saldo de ações preferenciais e maior geração de caixa no período.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período em 0,31 vezes frente a 0,42 vezes em dezembro de 2012 e 0,58 vezes em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolhe à União desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Nota (16.1)

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 2 de maio de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias seguiram princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2012 e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 05 de março de 2013, exceto pelos CPC's revisados que entraram em vigor em janeiro de 2013 e que introduzem algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior, conforme mencionado na nota 2.3.2.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- 2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.
- 2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros**
As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações são aplicáveis para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.
- 2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia no trimestre.**
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)
A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros Resultados Abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.
- Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- Os impactos são:
- (i) redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425, em contrapartida, da amortização do custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.
- (ii) redução da despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$19, quando apresentado de forma comparativa com as Demonstrações Financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. No trimestre o efeito foi de R\$5.
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**
A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das informações contábeis intermediárias.
- 2.4 Reclassificações nos períodos anteriores**
Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao período apresentado comparativamente mais antigo. Adicionalmente foram feitas algumas reclassificações conforme descrito abaixo, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2012:
- (a) Mudança de prática
O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia e portanto para fins de comparabilidade foram feitas reclassificações para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.
- (b) Reclassificações
Foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros, na forma da apresentação líquida dos impostos correntes conforme requerido pelo CPC 32 e na forma da apresentação da Receita e da Despesa de Construção conforme requerido pelo CPC 17.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.4.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial					
31/12/2012					
Ativo	Publicado	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções para melhor classificação	Saldo ajustado	
Ativo Circulante					
Impostos e contribuições sociais	28.848	(28.224)	(171)	453	
Total do ativo	1.376.122	(28.224)	(171)	1.347.727	
31/12/2012					
Passivo	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções para melhor classificação	Saldo ajustado
Circulante					
Impostos e contribuições sociais	49.653		(28.224)	(171)	21.258
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756		(138)		14.618
Benefícios pós-emprego	551	406			957
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados	-	(268)			(268)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.376.122	-	(28.224)	(171)	1.347.727

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados foi reconhecido os custos dos serviços passados conforme a nova redação do CPC 33 (R1), estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, no valor de R\$406, como contrapartida de Imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$138 e de Lucro Acumulados no valor de R\$268.

CPC 32 - Tributo sobre o Lucro - Apresentação líquida dos impostos correntes conforme requerido pelo CPC 32, realizamos a reclassificação dos impostos e contribuições sociais correntes que estavam registrados no Ativo no valor de R\$93.819, para apresentação dos impostos passivos em base líquida.

Reclassificações para melhor classificação - Adicionalmente reclassificamos também o PIS e COFINS no valor de R\$171 para apresentação dos impostos passivos em base líquida.

2.4.2 Demonstração do resultado

Demonstração do Resultado			
31/03/2013			
	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Saldo ajustado
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(3.447)	5	(3.442)
Resultado do Serviço	(3.447)	5	(3.442)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(3.447)	5	(3.442)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64	(2)	62
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	29.413	3	29.416
Resultado líquido do período	29.413	3	29.416

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados, houve o estorno no valor de R\$5 na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas, com efeito em Imposto de renda e contribuição social diferido no valor de R\$2.

2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Ajuste de R\$5 no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados.

CPC 32 - Tributo sobre o Lucro - foi feita a compensação dos impostos e contribuições sociais correntes. A apresentação líquida dos Impostos Correntes resultou em uma movimentação no valor de R\$4.576 entre os ativos e passivos operacionais.

Reclassificações para melhor classificação - Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS do valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados no valor de R\$523, para impostos e contribuições sociais compensáveis nos passivos operacionais.

2.4.4 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos as seguintes reclassificações: (i) da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$269 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$123 referente a Materiais e R\$146 referente a Serviços de terceiros; e (ii) reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$64 (R\$35 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$7 referente a Materiais e R\$22 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$523, para os Impostos Federais alocados na Distribuição do valor adicionado no valor total de R\$587.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Evento significativo do trimestre

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica ocorreram em 2012, entre elas, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, na qual converteu em Lei a anterior Medida Provisória nº 579/2012. Estabeleceu-se dentre outros, que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (artigo 19 da Lei nº 9.074/1995) e, que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderá prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Para as concessões vincendas de geração e transmissão não amortizadas terão direito a receber do governo indenizações. A metodologia definida para calculá-las será a do Valor Novo de Reposição, que já é utilizada na revisão tarifária das distribuidoras. A Companhia conclui que não haverá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei pelo fato do seu contrato de concessão ter vigência até 15 de janeiro de 2033.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	11.318	6.023
Aplicações financeiras - renda fixa	15.016	
Total	26.334	6.023

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e Debêntures, remunerados a taxas de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo	Saldo
			líquido em 31/03/2013	líquido em 31/12/2012
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	520		520	472
Energia de curto prazo	105		105	18
Encargos de uso da rede elétrica	55		55	59
	680	-	680	549
Total Circulante	680	-	680	549
Concessionárias				
Energia de curto prazo	36	(36)	-	-
	36	(36)	-	-
Total Não Circulante	36	(36)	-	-

O saldo do circulante em 31 de março de 2013 é composto por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Rendas a receber

	31/03/2013	31/12/2012
Lajeado Energia	12.866	16.629
Paulista Lajeado Energia	1.233	1.594
CEB Lajeado	3.525	4.556
	<u>17.624</u>	<u>22.779</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/10, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2012	Adição	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Transfe- rência	Saldo em 31/03/2013
Ativo - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	33		3.887	(3.887)	33
PIS e COFINS		90		(90)	
IRRF sobre aplicações financeiras	412	13			425
Outros	8				8
Total	<u>453</u>	<u>103</u>	<u>3.887</u>	<u>(3.977)</u>	<u>466</u>
Circulante	<u>453</u>				<u>466</u>
Total	<u>453</u>				<u>466</u>

	Saldo em 31/12/2012	Adição	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Compen- sação de tributos	Transfe- rência	Saldo em 31/03/2013
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	9.477	11.266	(9.477)		(3.887)	7.379
ICMS sobre diferencial de alíquota	20	45	(64)			1
PIS e COFINS	1.985	5.058	(5.314)		(90)	1.639
ISS	57	60	(105)	(12)		
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	13	108	(121)			
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	29	32	(44)			17
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.278	(441)	(8.837)			
Outros	399	693	(811)	12		293
Total	<u>21.258</u>	<u>16.821</u>	<u>(24.773)</u>		<u>(3.977)</u>	<u>9.329</u>
Circulante	<u>21.258</u>					<u>9.329</u>
Total	<u>21.258</u>					<u>9.329</u>

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$8.837, conforme legislação (Nota 21.2) liquidado em janeiro de 2013

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Períodos de 3 meses findos em					
	Passivo			31 de março		
	31/12/2012	31/03/2013		2013		2012
Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12)	(9)	(3)	(12)		
Benefício pós-emprego	(332)	(257)	(93)	(350)	18	11
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	(855)	(1.172)	(422)	(1.594)	739	80
Total diferenças temporárias	<u>(1.199)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(518)</u>	<u>(1.956)</u>	<u>757</u>	<u>91</u>
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25	1.775	1.339	482	1.821	(46)	(360)
Uso do bem público - CPC 25	(10.387)	(7.714)	(2.777)	(10.491)	104	63
Instrumentos financeiros - CPC 39	24.429	16.546	5.956	22.502	1.927	268
Total diferenças temporárias - RTT	<u>15.817</u>	<u>10.171</u>	<u>3.661</u>	<u>13.832</u>	<u>1.985</u>	<u>(29)</u>
Total Passivo Diferido	<u>14.618</u>	<u>8.733</u>	<u>3.143</u>	<u>11.876</u>		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos					<u>2.742</u>	<u>62</u>

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$2.742.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/03/2013	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos de 3 meses findos em 31 de março de	
					31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	2013	2012
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	173	151			464	381
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4			13	48
					<u>177</u>	<u>155</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>477</u>	<u>429</u>
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.866	16.629			35.027	45.271
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.524	4.556			9.597	12.403
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.234	1.594			3.359	4.341
					<u>17.624</u>	<u>22.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.983</u>	<u>62.015</u>
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					87	475	(229)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				12	12	(36)	(32)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				16		(48)	(60)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(135)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(1.209)
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>115</u>	<u>487</u>	<u>(313)</u>	<u>(1.436)</u>
Total					<u>17.801</u>	<u>22.934</u>	<u>115</u>	<u>487</u>	<u>48.147</u>	<u>61.008</u>

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa 334/2008, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848, de 2004, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/2012, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 01 de julho de 2012 e para o período de 01 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL Nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2)

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2013

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período findo em 31 de março de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	19.001	70.391	27.000	116.392
Salário ou pró-labore	15.834	58.659	22.500	96.993
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Encargos sociais	3.167	11.732	4.500	19.399
Valor Total da remuneração, por órgão	19.001	70.391	27.000	116.392

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração e fiscal é de até R\$ 184.003,20, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(**) Das 06 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$ 291.516,46, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(***) Das 05 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de março de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	19.001	48.791	5.400
Valor da menor remuneração individual	19.001	21.600	5.400
Valor médio da remuneração individual	19.001	35.195	5.400

10 Estoques

O valor de R\$3.864 (R\$3.729 em 31 de dezembro de 2012), refere-se a itens de peças e materiais de manutenção.

11 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	
Depósitos judiciais	19		1.029	1.117
Cauções e depósitos vinculados		19		
Total	19	19	1.029	1.117

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Imobilizado

	31/03/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.262	(142.569)	545.693	2,00	688.262	(139.142)	549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.616	(87.659)	252.957	3,25	340.616	(85.727)	254.889
Máquinas e equipamentos	5,07	441.178	(132.348)	308.830	5,07	441.178	(129.313)	311.865
Veículos	14,29	1.090	(912)	178	14,29	984	(897)	87
Móveis e utensílios	11,46	1		1	11,46	1		1
		<u>1.585.665</u>	<u>(363.488)</u>	<u>1.222.177</u>		<u>1.585.559</u>	<u>(355.079)</u>	<u>1.230.480</u>
Sistema de transmissão associada								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.773	(10.021)	23.752	3,66	33.773	(9.396)	24.377
		<u>33.773</u>	<u>(10.021)</u>	<u>23.752</u>		<u>33.773</u>	<u>(9.396)</u>	<u>24.377</u>
Administração								
Terrenos								
Máquinas e equipamentos	13,74	1.370	(1.051)	319	13,74	1.370	(1.022)	348
Veículos	14,29	678	(251)	427	14,29	678	(227)	451
Móveis e utensílios	6,29	538	(340)	198	6,29	538	(333)	205
		<u>2.586</u>	<u>(1.642)</u>	<u>944</u>		<u>2.586</u>	<u>(1.582)</u>	<u>1.004</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.622.024</u>	<u>(375.151)</u>	<u>1.246.873</u>		<u>1.621.918</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.255.861</u>
Imobilizado em curso								
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		14.305		14.305		14.209		14.209
Outros		17.297		17.297		16.766		16.766
Total do Imobilizado em curso		<u>31.602</u>	<u>-</u>	<u>31.602</u>		<u>30.975</u>	<u>-</u>	<u>30.975</u>
Total do Imobilizado		<u>1.653.626</u>	<u>(375.151)</u>	<u>1.278.475</u>		<u>1.652.893</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.286.836</u>

De acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transfe- rência para imobilizado		Valor líquido	
	31/12/2012	Aquisições	em serviço	Depreciação	Baixas	31/03/2013
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	549.120			(3.427)		545.693
Edificações, obras civis e benfeitorias	254.889			(1.932)		252.957
Máquinas e equipamentos	336.590			(3.689)		332.901
Veículos	538		106	(38)	(1)	605
Móveis e utensílios	206			(7)		199
Total do imobilizado em serviço	<u>1.255.861</u>	<u>-</u>	<u>106</u>	<u>(9.093)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.246.873</u>
Imobilizado em curso						
Depósitos judiciais	14.209	96				14.305
Outros	16.766	637	(106)			17.297
Total do Imobilizado em curso	<u>30.975</u>	<u>733</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.602</u>
Total do Imobilizado	<u>1.286.836</u>	<u>733</u>	<u>-</u>	<u>(9.093)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.278.475</u>

Para o período findo em 31 de março de 2013 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma em 31 de março de 2013 entendemos que, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e portanto não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Intangível

	31/03/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,16	975	(820)	155	20,00	975	(802)	173
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.342)	12.795	3,22	20.137	(7.180)	12.957
		21.112	(8.162)	12.950		21.112	(7.982)	13.130
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	414	(210)	204	20,00	414	(190)	224
		414	(210)	204		414	(190)	224
Total do Intangível em Serviço		21.637	(8.372)	13.265		21.637	(8.172)	13.465
Intangível em curso								
Geração		12.514		12.514		12.508		12.508
Administração		170		170		165		165
Total do Intangível em Curso		12.684	-	12.684		12.673	-	12.673
Total do Intangível		34.321	(8.372)	25.949		34.310	(8.172)	26.138

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Nota	Valor líquido		Amortização	Valor líquido
		31/12/2012	Ingressos		
Intangível em serviço					
Software		397		(38)	359
Servidão permanente		111			111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	17	12.957		(162)	12.795
Intangível em curso		12.673	11		12.684
Total do Intangível		26.138	11	(200)	25.949

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.684, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/03/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	1	1
Encargos de uso da rede elétrica	154	152
Operações CCEE		93
Materiais e serviços	2.243	4.604
Total	2.398	4.850

Notas Explicativas

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/03/2013				31/12/2012			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	8,70% a.a.	Dividendos anuais	15.334	53.901	21.918	91.153	11.849	52.331	21.293	85.473
Total				15.334	53.901	21.918	91.153	11.849	52.331	21.293	85.473

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período:

	Valor total em 31/12/2012	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Valor total em 31/03/2013
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11.849	2.305	1.180	-	15.334
	<u>11.849</u>	<u>2.305</u>	<u>1.180</u>	<u>-</u>	<u>15.334</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	73.624	-	(1.180)	3.375	75.819
	<u>73.624</u>	<u>-</u>	<u>(1.180)</u>	<u>3.375</u>	<u>75.819</u>

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda	
	Nacional	Total
Circulante		
2013	15.334	15.334
	<u>15.334</u>	<u>15.334</u>
Não circulante		
2014	9.157	9.157
2015	3.995	3.995
2016	3.675	3.675
2017	3.381	3.381
2018	3.110	3.110
2019 até 2023	12.193	12.193
2024 até 2028	8.035	8.035
2029 até 2032	32.273	32.273
	<u>75.819</u>	<u>75.819</u>
Total	<u>91.153</u>	<u>91.153</u>

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/03/2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		49	74		(75)	48
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.1	631	491	6	(350)	778
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	4		(4)	2
Total		<u>682</u>	<u>569</u>	<u>6</u>	<u>(429)</u>	<u>828</u>
Circulante		348				593
Não circulante		334				235
Total		<u>682</u>				<u>828</u>

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D. Pela resolução Normativa nº 504/12, a receita de arrendamento passou a ser incluída na base de cálculo do P&D.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 31 de março de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no período, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no período:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.894	39.612
Ajuste a valor presente	(2)	320
Encargos e atualizações monetárias	83	642
Amortizações	(897)	
Transferência para o circulante	876	(876)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>3.954</u>	<u>39.698</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/03/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	1.772	2.023
INSS e FGTS	283	263
Total	2.055	2.286

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados.

19 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			8.293	7.629
Licenças ambientais	7.168	7.496	5.557	5.449
Total	7.168	7.496	13.850	13.078

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/03/2013	Depósito Judicial (Nota 11)	
				Pagamentos	Reversões			31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.746	214	(88)	(1)	116	1.987	926	996
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.383	485	(20)	(213)	171	4.806		
Outros		1.500					1.500		
Total		7.629	699	(108)	(214)	287	8.293	926	996
Não circulante		7.629					8.293		
Total		7.629					8.293		

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$14.305 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/03/2013	31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
				31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	64	60	29	36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	89.808	87.679	38	32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	933	930		
Total		90.805	88.669	67	68

19.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$89.287 em 31 de março de 2013 (R\$87.505 em 31 de dezembro de 2012).

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2013 é de R\$36 (R\$53 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 11).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$12.725 em 31 de março de 2013 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do período de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$18 (R\$9 em 31 de março de 2012).

Esse plano tem a adesão de 27 colaboradores.

20.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados passaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil baseada no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Assistência médica Lei nº9.656/98	19	19	1.010	957
	19	19	1.010	957

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	976
Despesa líquida reconhecida no período	53
Saldo em 31 de março de 2013	1.029

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$254 em 31 de março de 2013.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$804.459. Conforme Estatuto Social a Companhia não possui capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de março de 2013 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2012:

	31/03/2013											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros	402.202	100%	255.560	100%	206	1,25	71.252	66,47	71.458	9,09	786.406	9,09
	402.202	100%	255.560	100%	16.289	100%	5.156	100%	107.199	100%	786.406	100%

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76;
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido apurado	94.117
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(4.706)</u>
	89.411
Destinação do lucro:	89.411
Dividendos intermediários - JSCP	47.911
Dividendo Adicional Proposto	41.500
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	<u>0,00006</u>

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Reserva legal		26.693	26.693
Retenção de lucros		128.099	128.099
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		94.569	94.569
Dividendo adicional proposto		41.500	41.500
Outras reservas de lucros	21.3.2	(254)	(254)
		<u>290.607</u>	<u>290.607</u>
Total		<u>305.080</u>	<u>305.080</u>

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

21.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

22 Dividendos

	<u>Passivo</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lajeado Energia S.A.	29.729	29.729
CEB Lajeado S.A.	8.145	8.145
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.851	2.851
Acionistas não controladores	3.045	2.605
Total	<u>43.770</u>	<u>43.330</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Receitas

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento				
Suprimento de Energia elétrica	11.211	11.130	1.505	1.400
Energia de curto prazo			135	177
Total Suprimento	11.211	11.130	1.640	1.577
Arrendamento			52.874	68.336
Outras receitas operacionais			163	176
Sub-total	11.211	11.130	54.677	70.089
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(491)	(16)
PIS/COFINS			(5.058)	(6.483)
	11.211	11.130	49.128	63.590

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

24 Gastos operacionais

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2013					2012
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	13				13	1
Encargos de uso da rede elétrica	354				354	343
Taxa de fiscalização				4	4	5
Compensações financeiras				74	74	93
	367	-	-	-	78	442
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		1.158		1.069	2.227	2.810
Material		114		40	154	188
Serviços de terceiros		442		1.880	2.322	2.212
Depreciação		8.976		91	9.067	8.572
Amortização		170		30	200	228
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas						1
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					503	89
Aluguéis e arrendamentos				99	99	104
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(595)
Outras		36		416	452	447
	-	10.896	-	3.625	15.024	14.056
Total	367	10.896	-	3.625	15.469	14.498

25 Resultado financeiro

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2013	2012
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	17	
Variações monetárias moeda nacional		1
Outras receitas financeiras	56	56
	73	57
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(7)	(6)
Encargos de dívidas	(2.308)	(1.180)
Atualização monetária de licenças ambientais	(108)	(91)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(3.375)	(783)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(287)	(281)
Atualização monetária contratos de mútuo		(1.344)
Atualização monetária uso do bem público	(725)	(451)
Ajuste a valor presente uso do bem público	(318)	(412)
Benefícios pós-emprego	(25)	(20)
Outras despesas financeiras	(7)	(8)
	(7.160)	(4.576)
	(7.087)	(4.519)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1 Atualização monetária contratos de mútuo

Os contratos de mútuo com a Controladora direta, Lajeado Energia, e com a Controladora Final, EDP Energias do Brasil foram encerrados em 08 de novembro de 2012, motivo pelo qual não incorremos com a atualização monetária dos contratos de mútuo no período, vide nota 9.

26 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	26.572	44.573	26.572	44.573
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(6.643)	(11.143)	(2.391)	(4.012)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Multas indedutíveis		(1)		
Gratificações a administradores	(4)	(5)	(2)	(2)
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	375		135	
Adicional IRPJ	6	6		
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.266)	(11.143)	(2.258)	(4.014)
Alíquota Efetiva	23,58%	25,00%	8,50%	9,01%

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Para o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	18.048	29.416
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,02295	0,03741
ON	0,01174	0,01913
PNR	0,00746	0,01216
PNA	0,00048	0,00077
PNB	0,00015	0,00025
PNC	0,00313	0,00510

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	26.334	6.023	26.334	6.023
Concessionárias	680	549	680	549
Cauções e depósitos vinculados		19		19
Rendas a receber	17.624	22.779	17.624	22.779
	<u>44.638</u>	<u>29.370</u>	<u>44.638</u>	<u>29.370</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.398	4.850	2.398	4.850
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.334	11.849	15.334	11.849
Uso do bem público	3.954	3.894	3.954	3.894
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	75.819	73.624	75.819	73.624
Partes relacionadas	115	487	115	487
Uso do bem público	39.698	39.612	39.698	39.612
	<u>137.318</u>	<u>134.316</u>	<u>137.318</u>	<u>134.316</u>

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira. A Companhia apresenta saldo somente em Disponibilidade de caixa.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos estão constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Companhia, onde de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/03/2013			31/12/2012			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa		26.334	26.334		6.023		6.023
Rendas a receber	17.624		17.624	22.779			22.779
Concessionárias	680		680	549			549
Cauções e depósitos vinculados						19	19
	<u>18.304</u>	<u>26.334</u>	<u>44.638</u>	<u>23.328</u>	<u>6.023</u>	<u>19</u>	<u>29.370</u>
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>					
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.398	4.850					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	91.153	85.473					
Partes relacionadas	115	487					
Uso do bem público	43.652	43.506					
	<u>137.318</u>	<u>134.316</u>					

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo		
	31/03/2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	26.334	11.318	15.016
	26.334	11.318	15.016

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	615	615	154	308	(154)	(308)
		615	615	154	308	(154)	(308)

As curvas futuras do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 7,75% e 8,69%.

28.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia em 31 de março de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2013, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Nota	31/03/2013				
		Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	15	91.153	15.334	14.070	6.915	54.834
Responsabilidades com locações operacionais		1.062	259	490	313	
Obrigações de compra		19.424	10.994	6.596	1.834	
Uso do bem público	17	43.652	3.954	5.861	5.242	28.595
Licenças ambientais	19.2	12.725	7.168	5.557		
		168.016	37.709	32.574	14.304	83.429

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/03/2013	31/12/2012
	Valor	Valor
Aval de acionista	3.199	3.055
Depósito Cauccionado		19
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	59	59

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Cauccionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia (Nota 11).

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

30 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediária se consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/03/2013
Usinas	690.460
Prédios e conteúdos (próprios)	1.360
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	3.199

A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

31 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de março de 2013 foram de R\$483 sendo R\$329, capitalizados no período (Nota 12), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$154 em contrapartida do resultado do período relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32 Eventos subsequentes

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

i) Destinação do Lucro Líquido de 2012

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$31.751 aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendos no valor de R\$9.748 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", JSCP no valor de R\$47.911 aos acionistas detentores de ações ordinárias e JSCP no valor de R\$13.940 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" referentes ao exercício de 2012 a serem pagos no decorrer do exercício de 2013, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

ii) Aprovação da Remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração

Fixação da verba anual de até R\$100 como sendo a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e de até R\$300, como sendo a remuneração global da Diretoria, para o período de abril de 2013 a março de 2014 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia.

iii) Aprovação da Remuneração global do Conselho Fiscal

A remuneração global anual para o Conselho Fiscal será de R\$108.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do período correspondente

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço em 31 de dezembro de 2012, demonstração do resultado, do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2012.

A revisão das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2012, ora reapresentadas em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.4, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 2 de maio de 2013, sem ressalva.

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.4, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 2 de maio de 2013, sem ressalva, contendo parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 2 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias relativas ao 1º trimestre de 2013, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 06 de Maio de 2013.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS
Conselheiro Suplente

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 02 de maio de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31.03.2013.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 02 de maio de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 31.03.2013, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira